

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº      DE 2019.**  
(Do Sr. Ricardo Izar e Outros)

Solicita ao Sr. Ministro de Minas e Energia que requeira ao Diretor Geral da Agência Nacional de Mineração explicações e informações sobre o tamanho máximo das áreas permitidas, especialmente para substâncias com aplicação na construção civil. A entrega das informações deve ser de forma impressa e digital.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Minas e Energia, informações e esclarecimentos sobre a situação dos requerimentos de substâncias destinadas a construção civil, no período compreendido entre janeiro de 2007 e junho de 2019, sendo necessárias as seguintes informações.

- Relação de requerimentos novos, protocolados entre janeiro de 2007 e junho de 2019, para as seguintes substâncias: areia industrial, areia com aplicação direta na construção civil, arenito industrial e arenito com aplicação direta na construção civil e brita, devendo constar nessa relação as seguintes informações:
  - 1- Regime de requerimento;
  - 2- Área inicialmente requerida
  - 3- Fase atual do processo
  - 4- Estado e Município de localização do processo;
  - 5- Substância mineral requerida;

- 6- Número do Processo minerário,
- 7- Área atualmente em vigência, ou outorgada pelo DNPM/ANM.
- 8- Em caso de redução de área, apresentar a motivação para redução (legal ou técnica);
- 9- Em caso de redução de área, apresentar ainda: Destinação da área remanescente (disponibilidade, área livre ou cessão de direitos minerários), devendo conter o número dos processos originados, substância mineral, tamanho da área, município e estado onde está localizado.

- Apresentação de legislação referente ao tamanho de área máxima permitido para requerimento das substâncias: areia industrial, areia com aplicação direta na construção civil, arenito industrial e arenito com aplicação direta na construção civil e brita, contendo a legislação e tamanho de área máxima atualmente permitida, e alterações ocorridas no decorrer do tempo.
- Que indicadores foram levados em conta para estas alterações legislativas?
- Estimativa do tempo de análise para um processo de 1.000 hectares? (Citar o minério e o tempo para cada minério individualmente)
- Estimativa do tempo de análise de um requerimento de 50 hectares? (Citar o minério e o tempo para cada minério individualmente)

Todas estas informações devem estar seguidas de Nome do requerente, Estado da Federação, Município, Substancia Mineral, tamanho da área, ano da redução de área.

### **JUSTIFICATIVA**

No decorrer do tempo ocorreram alterações de legislação referente ao tamanho máximo de área permitida para algumas substâncias minerais, para as quais anteriormente era possível requerer áreas de até 1.000 ha e atualmente apenas áreas de 50 ha.

Tendo em vista essas alterações na legislação vigente, o que se busca é o entendimento dos benefícios trazidos por essa alteração, tendo em vista que para o empreendedor o custo processual foi elevado, e principalmente, o volume processual em tramitação no DNPM/ANM aumentou significativamente, tendo em vista que ao invés de se tramitar apenas uma área de 1.000 ha, se passou a tramitar 20 processos de 50 ha.

Como o Novo Marco da Mineração será elaborado visando a desburocratização da Agência Nacional da Mineração será necessário analisar todos os procedimentos da ANM, bem como, as mudanças ocorridas ao longo dos anos, nas atividades do órgão regulador, e principalmente, identificar os impactos positivos e negativos dessas alterações.

Sala das Sessões, em     de julho de 2019.

Deputado **RICARDO IZAR**  
PP/SP

Deputada **GREYCE ELIAS**  
AVANTE/MG

Deputado **JOSIAS MÁRIO DA VITORIA**  
CIDADANIA/ES